ANEXO I

CANDIDATOS AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO - REGIÃO ADM. BELÉM II

330062143, Robson Dos Reis Vinas Da Costa, 100.1, 9º

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO - REGIÃO ADM. NORDESTE II

330109347, Rita De Cássia Almeida Farias, 99.1, 5º

ANEXO II

A nomeação do candidato fica condicionada ao resultado da perícia, realizada por Órgão Oficial do Estado, mediante apresentação dos exames médico, físico e mental listados abaixo, restando excluído do certame o candidato que não apresentar os exames, sem justa causa, nos termos do item 19.7 do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022:

1. Laudo Oftalmológico Completo;
2. Laudo Psiquiátrico;
3. Laudo Cardiológico;
4. Eletrocardiograma;
5. Hemograma Completo;
6. Glicemia;
7. 1 foto 3x4;
8. Documento de Identidade;

ANEXO III

Apenas os candidatos aprovados, relacionados no anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha -Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

O candidato classificado em mais de uma lista de reserva, quando convocados concomitantemente para a posse, deverá manifestar opção por uma delas, conforme item 8.6 do Edital nº. 1, de 12 de maio de 2022, DOE de 13/05/2022.

Documentos para apresentar até o dia da posse, conforme o item 19.6 do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022:

- a) uma fotografia recente, no tamanho 3 x 4;
- b) cópia da certidão de nascimento acompanhada da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
- c) cópia da carteira de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública acompanhada da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
- d) cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou outro documento contendo o número acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
- e) certidão expedida pela Justiça Eleitoral na qual conste, além da quitação eleitoral, os dados constantes do título de eleitor;
- f) cópia do certificado de reservista ou documento equivalente, se do sexo masculino acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
- g) cópia do cadastro de inscrição no cadastro do PIS ou PASEP ou outro documento contendo o número;
- h) atestado de antecedentes criminais com o "nada consta", fornecido por Órgão competente do Estado;
- i) ficha cadastral fornecida pelo MPPA (link a ser enviado pelo DRH do MPPA);
- j) declaração, em modelo fornecido pelo MPPA, de que, com a posse, não acumulará remuneração ou proventos de cargo, função ou emprego público, nos casos vedados por lei, conforme o disposto no art. 37 da Constituição da República;
- k) declaração, em modelo fornecido pelo MPPA, de não ter sido exonerado ou dispensado de cargo ou função pública exercidos em órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de processo administrativo;
- l) declarações de bens;
- m) cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso, reconhecido pelo órgão competente, comprovando a escolaridade exigida, conforme especificações constantes no item 2 deste Edital acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
- n) comprovante de inscrição ou registro nos conselhos regionais respectivos, se for o caso.

Protocolo: 1016356

PORTARIA Nº 0671/2023-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018, e tendo em vista que é dever da Administração apurar irregularidades no serviço público, conforme preceitua o art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:
I - INSTAURAR Sindicância Administrativa Investigatória para apurar os fatos denunciados no requerimento datado de 07/11/2023 (Protocolo nº 16288/2023).

II - DESIGNAR os servidores estáveis CARLOS VINÍCIUS REIS DOS SANTOS (Analista Jurídico), JOEL CARLOS DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO (Auxiliar de Serviços Gerais) e RODRIGO ROSA DE SOUZA (Auxiliar de Administração) para, sob a presidência do Primeiro, integrarem a Comissão da Sindicância Administrativa Investigatória ora instaurada, visando apurar possíveis irregularidades ou fatos conexos.

III - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste ato, para conclusão dos trabalhos da referida Comissão, em observância aos termos do art. 201, Parágrafo Único, da Lei, Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 29 de novembro de 2023.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 1016770

PORTARIA Nº 6839/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições legais e com fundamento no artigo 127, § 2º da Constituição Federal e no artigo 18, V e XVIII, alínea "i" da Lei Complementar nº 57 de 6 de julho de 2.006

CONSIDERANDO a necessidade de definir o valor do da gratificação do plantão, conforme disposto no artigo 1º, §4º da Lei nº 10.179/2023, de 22/11/2023,

R E S O L V E:

Art. 1º - O servidor do Ministério Público, designado para trabalhar nos Plantões Institucionais e/ou administrativo, fará jus à verba fixa, correspondente a cada dia de plantão cumprido de acordo com a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE DO CARGO	VALOR (EM R\$)
SUPERIOR	709,00
MÉDIO	640,00
FUNDAMENTAL	591,00

Art. 2º - Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º - Os valores constantes no Artigo 1º serão aplicados aos plantões realizados a partir de 23/11/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 23 de novembro de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1016643

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO da PORTARIA nº 005/2023-MP/3ªPJ/ATM

O 3º Promotor de Justiça de Altamira/PA, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06, e da RESOLUÇÃO nº 007/2019-CPJ, de 06/06/2019, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, sob nº SAJ 09.2023.00003027-0, que se encontra à disposição na 3ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2785, Esplanada do Xingu, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1744.

PORTARIA nº 005/2023-MP/3ªPJ/ATM

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará

Polo Passivo: Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA
Objetivo: Assegurar as pessoas com deficiência o direito à emissão da Carteira Nacional de Habilitação especial, no Município de Altamira.

Luciano Augusto Araújo da Costa - Promotor de Justiça Titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa dos Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos de Altamira/PA

Protocolo: 1016649

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da RECOMENDAÇÃO Nº 04/2023-MPPA/STM/7ªPJ

Procedimento Administrativo - SAJ 09.2023.00002211-4

A Promotora de Justiça titular da 7ª Promotoria de Justiça Agrária da 2ª Região, Dra. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO, torna pública a PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SAJ nº 09.2023.00002211-4, que se encontra à disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 - Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2023-MPPA/STM/7ªPJ

Recomendado: ITERPA

Assunto: A Recomendação tem por objeto: " 1.que se abstenha de promover qualquer iniciativa de regularização individual na área dos castanhais de uso coletivo da Comunidade Repartimento de Pilões, localizada na zona rural de Monte Dourado, pertencente ao Município de Almeirim, no Estado do Pará; 2. Ao INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ- ITERPA que promova a regularização fundiária da respectiva comunidade como unidade fundiária de utilização coletiva, Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista